

STF

Gilmar ataca Aras e Mendonça

Julgamento sobre liberação ou não dos cultos religiosos será retomado hoje no plenário da Corte

O Supremo Tribunal Federal (STF) interrompeu o julgamento sobre a realização de missas e cultos após o ministro Gilmar Mendes votar pela manutenção de decretos estaduais e municipais que proíbem esses eventos para conter o avanço da pandemia.

O magistrado fez duras críticas às posições do advogado-geral da União, André Mendonça, e do procurador-geral da República, Augusto Aras, e afirmou que apenas uma visão negacionista do coronavírus permitiria impedir que governadores e prefeitos vetassem celebrações religiosas presenciais.

A análise do caso será retomada hoje. A discussão foi parar no plenário da Corte porque há decisões conflitantes do Supremo sobre o tema. No último sábado (3), o ministro Kassio Nunes Marques derubou decretos que proibiam missas e cultos. Dois dias depois, porém, Gilmar deu uma decisão em outra ação no sentido de declarar constitucional o ato de São Paulo que vetou esses eventos. Agora, o plenário discute qual das duas visões deve prevalecer.

Fux deu o tom

A tendência é que o plenário do STF siga a posição de Gilmar e deixe Nunes Marques isolado. Antes mesmo de Gilmar votar, o presidente da corte, Luiz Fux, já deu o tom do julgamento nesse sentido ao responder ao advogado do PTB, Luiz Cunha, que criticou a posição em favor do fechamento de templos e igrejas.

"Para aqueles que hoje votarão pelo fechamento da casa do senhor, cito Lucas 23, versículo 34: 'Então ele ergueu seus olhos para o céu e disse: pai perdoa-lhe, porque eles não sabem o que fazem'", disse Cunha.

Fux, então, deu ao advogado uma aula sobre a interpretação correta do trecho citado da Bíblia, ao lembrar que essa "misericórdia

divina" não pode se direcionar ao STF porque ela só serve para quem é omissor. O trecho citado seria, segundo Lucas, a frase dita por Jesus antes de morrer crucificado. E está diretamente relacionada com o fato de Pôncio Pilatos ter se omitido quanto à condenação de Jesus, ao dizer, diante da escolha feita pelo povo: "Eu lavo as minhas mãos". No caso, ao contrário, o STF estava justamente se posicionando, não se omitindo.

"Essa é matéria que nos impõe escolha trágica e que temos responsabilidade suficiente para enfrentá-la. Nossa missão de juízes constitucionais, além de guardar a Constituição, é de lutar pela vida e pela esperança". Ou seja: Fux praticamente antecipou a sua posição sobre a questão.

"Delírio"

Gilmar, por sua vez, criticou os chefes da AGU e da PGR e afirmou que é necessário impor medidas de restrição de locomoção da população para conter o avanço da pandemia.

O ministro atacou a comparação feita por Mendonça em sua sustentação oral sobre o fato de igrejas e templos estarem fechados enquanto o transporte público segue lotado.

"Quando fala dos problemas dos transportes no Brasil, especialmente do coletivo, e fala do problema do transporte aéreo, eu poderia ter entendido que sua excelência teria vindo agora para a tribuna de uma viagem a Marte e que estava descolado de qualquer responsabilidade institucional", disse.

"Fui verificar aqui e verifiquei que era ministro da Justiça até recentemente e que tinha responsabilidades institucionais, inclusive de propor medidas: à União cabe legislar sobre diretrizes da política nacional de transporte", afirmou. "Está havendo um certo delírio nesse contexto geral".



FELIPE SAMPAIO/SCO/STF

A tendência é que hoje a maioria dos ministros do STF siga na mesma linha de Gilmar Mendes sobre os cultos

SAIBAMAI

» Mendonça afirmou que a celebração religiosa deve ser presencial.

» "Não há cristianismo sem vida comunitária, não há cristianismo sem a casa de Deus. É por isso que os verdadeiros cristãos não estão dispostos, jamais, a matar por sua fé, mas estão sempre dispostos a morrer para garantir a liberdade de religião e culto. Que Deus nos abençoe e tenha piedade de nós", disse.

» Aras, por sua vez, afirmou que nesse julgamento é preciso levar em consideração que o Estado é laico, mas as pessoas, não.

» "A ciência salva vidas, a fé também. Fé e razão que estão em lados opostos no combate à pandemia nestes autos, caminham lado a lado, em defesa da vida e da dignidade humana", disse.

"Litigância de má fé"

Em relação a Augusto Aras, o ministro Gilmar Mendes criticou o fato de o chefe da PGR ter afirmado que ele não deveria ser o relator e que o caso deveria ficar com Nunes Marques. Gilmar classificou a medida de Aras como uma "estratégia processual que beira a litigância de má-fé".

O ministro classificou como "surreal" afirmar que decretos contra abertura de templos e igrejas tenham "algum motivo anti-cristão".

Gilmar Mendes também criticou a atuação do governo de Jair Bolsonaro na pandemia. "É grave que, sob o manto da competência exclusiva ou privativa, premiemos as ações do governo federal, impedindo que estados e municípios, no âmbito de suas respectivas competências, implementem as políticas públicas essenciais", disse.

O ministro também citou Ernesto Araújo, ex-ministro das Relações Exteriores de Bolsonaro, e disse que o Brasil transformou-se em "pátria internacional no âmbito da saúde".

Antes de Gilmar votar, as partes do processo, partidos políticos e entidades religiosas usaram a pala-

vra.

Vários deles basearam suas manifestações na religião e não na Constituição e nas leis. Aras citou a possibilidade de a fé operar milagres. Já Mendonça afirmou que os cristãos estão dispostos a morrer pela fé e fez diversas citações à Bíblia e a Deus.

Essa foi a primeira sustentação oral de Mendonça no STF nesta segunda passagem na AGU. Ele iniciou o governo Bolsonaro à frente do órgão, mas havia sido deslocado para o Ministério da Justiça.

Mendonça é cotado para ser indicado pelo presidente à vaga do Supremo que será aberta em julho com a aposentadoria do ministro Marco Aurélio.

Com diversas citações à Bíblia e a Deus, ele afirmou que este julgamento não é um debate entre vida e morte e que vivemos atualmente em uma "sociedade tensa" em que parece ser proibido divergir da posição de outras pessoas.

"Ser cristão, em sua essência, é viver em comunhão em Deus e com o próximo. A Constituição não compactua com a discriminação das manifestações públicas de fé", disse.

SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL,
ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

MINISTÉRIO DA
DEFESA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 21/2021-HFA
(Processo Administrativo nº 60550.029905/2020-19)

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de medicamentos destinados a atender às necessidades de consumo do Hospital das Forças Armadas – HFA, conforme exigências e estimativas estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Cópia do Edital: Poderá ser adquirido no site: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Abertura da Sessão Pública: 20 de abril de 2021, às 09h.

Endereço: Sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Brasília - DF, 6 de abril de 2021
KLADSON TAUMATURGO FARIAS - Cel R/1
Ordenador de Despesas do HFA